

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná
PR/SP
Nova Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 14 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP
CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	254.027	202.031	CIRCULANTE	115.311	96.425
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.284	3.394	DEPÓSITOS (NOTA 11)	58.106	48.041
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	129.128	92.398	Depósitos à Vista	44.089	39.787
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	768	5	Depósitos a Prazo	14.017	8.254
Correspondentes no país	591	507	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	30.846	27.174
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	127.769	91.886	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2	2
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	104.524	93.530	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	30.844	27.172
Operações de Crédito	116.626	102.949	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	678	303
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.102)	(9.419)	Recursos em Trânsito de Terceiros	678	303
OUTROS CRÉDITOS	13.096	11.177	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	2.342	1.902
Créditos por Avals e Fianças Honrados	87	17	Empréstimos País - Outras Instituições	2.342	1.902
Rendas a Receber	645	878	OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.339	19.005
Diversos (NOTA 07)	12.538	10.404	Cobrança e Arrecadação de Tributos	45	33
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(174)	(122)	Sociais e Estatutárias	840	742
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	995	1.532	Fiscais e Previdenciárias	724	572
Outros Valores e Bens	2.084	2.205	Diversas (NOTA 14)	21.730	17.658
(Provisão para desvalorização)	(1.234)	(754)			
Despesas Antecipadas	145	81			
NÃO CIRCULANTE	47.631	43.748	NÃO CIRCULANTE	136.043	107.306
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	31.198	30.627	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	136.043	107.306
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	434	208	DEPÓSITOS (NOTA 11)	124.355	92.196
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	434	208	Depósitos a Prazo	124.355	92.196
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	30.707	30.361	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	11.688	15.110
Operações de Crédito	35.820	34.413	Repasse Interfinanceiros	11.688	15.110
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.113)	(4.052)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	-	58			
Diversos	-	58			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	57	-			
Despesas Antecipadas	57	-			
PERMANENTE	16.433	13.121	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.304	42.048
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	5.830	5.830	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	33.565	26.441
Outros Investimentos	5.830	5.830	De Domiciliados no País	44.202	34.570
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	7.659	4.792	(Capital a Realizar)	(10.637)	(8.129)
Imóveis de Uso	1.844	1.206	RESERVAS DE SOBRAS	16.518	14.917
Outras Imobilizações de Uso	9.612	6.954			
(Depreciação acumulada)	(3.797)	(3.368)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	221	690
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.944	2.499			
Outros Ativos Intangíveis	4.982	4.098			
(Amortização acumulada)	(2.038)	(1.599)			
TOTAL DO ATIVO	301.658	245.779	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	301.658	245.779

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP
CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	(Não Auditado)		Total	Ato Não		Total	(Reapresentado)		Total
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.078	-	24.078	46.284	1	46.285	40.976	6	40.982
Operações de Crédito	24.042	-	24.042	46.225	1	46.226	40.975	6	40.981
Resultado das Aplicações Interfinanceiras	36	-	36	57	-	57	1	-	1
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	2	-	2	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(14.427)	(151)	(14.578)	(29.817)	(249)	(30.066)	(24.213)	(228)	(24.441)
Operações de Captação no Mercado	(8.095)	(12)	(8.107)	(14.621)	(19)	(14.640)	(10.754)	(15)	(10.769)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.567)	(139)	(1.706)	(3.104)	(230)	(3.334)	(2.448)	(213)	(2.661)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.765)	-	(4.765)	(12.092)	-	(12.092)	(11.011)	-	(11.011)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.651	(151)	9.500	16.467	(248)	16.219	16.763	(222)	16.541
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.476)	1.170	(7.306)	(15.045)	2.628	(12.417)	(13.104)	3.151	(9.953)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.556	3.139	4.695	2.952	5.908	8.860	2.851	4.894	7.745
Rendas de Tarifas Bancárias	2.228	-	2.228	4.058	-	4.058	2.225	2	2.227
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.628)	(676)	(8.304)	(14.611)	(1.096)	(15.707)	(12.302)	(1.071)	(13.373)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 22)	(7.653)	(899)	(8.552)	(14.120)	(1.503)	(15.623)	(11.062)	(1.332)	(12.394)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(21)	(297)	(318)	(76)	(437)	(513)	(25)	(432)	(457)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	10.600	294	10.894	17.916	335	18.251	11.492	1.548	13.040
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(7.558)	(391)	(7.949)	(11.164)	(579)	(11.743)	(6.283)	(458)	(6.741)
RESULTADO OPERACIONAL	1.174	1.019	2.193	1.422	2.380	3.802	3.659	2.929	6.588
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	568	(16)	552	808	(21)	787	(185)	(1)	(186)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.742	1.003	2.745	2.230	2.359	4.589	3.474	2.928	6.402
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	526	526	-	-	-	-	(177)	(177)
Provisão para Imposto de Renda	-	306	306	-	-	-	-	(99)	(99)
Provisão para Contribuição Social	-	220	220	-	-	-	-	(78)	(78)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.742	1.529	3.271	2.230	2.359	4.589	3.474	2.751	6.225
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.359	(2.359)	-	2.751	(2.751)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.742	1.529	3.271	4.589	-	4.589	6.225	-	6.225
DESTINAÇÕES	-	-	-	(4.368)	-	(4.368)	(5.535)	-	(5.535)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.723)	-	(2.723)	(2.341)	-	(2.341)
Fates - Estatutário	-	-	-	(44)	-	(44)	(139)	-	(139)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(618)	-	(618)	(1.930)	-	(1.930)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(983)	-	(983)	(1.125)	-	(1.125)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	221	-	221	690	-	690

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP
CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	22.148	11.862	495	34.505
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	495	-	(495)	-
Outras destinações	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.657	-	-	2.657
Baixas de capital	(1.168)	-	-	(1.168)
Resultado do período	-	-	6.225	6.225
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(139)	(139)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.930	(1.930)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.309	-	(2.341)	(32)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.125	(1.125)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	26.441	14.917	690	42.048
Mutações do Período	4.293	3.055	195	7.543
Saldos no início do período em 01/01/2016	26.441	14.917	690	42.048
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	685	-	(685)	-
Outras destinações	-	-	(5)	(5)
Saldo de Incorporação Nota 02	1.990	-	-	1.990
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.399	-	-	3.399
Baixas de capital	(1.633)	-	-	(1.633)
Resultado do período	-	-	4.589	4.589
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(44)	(44)
Reserva Legal - Estatutária	-	618	(618)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.683	-	(2.723)	(40)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	983	(983)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	33.565	16.518	221	50.304
Mutações do Período	7.124	1.601	(469)	8.256
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	27.883	14.917	1.318	44.118
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Saldo de Incorporação Nota 02	1.990	-	-	1.990
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.194	-	-	2.194
Baixas de capital	(1.185)	-	-	(1.185)
Resultado do período	-	-	3.271	3.271
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(44)	(44)
Reserva Legal - Estatutária	-	618	(618)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.683	-	(2.723)	(40)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	983	(983)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	33.565	16.518	221	50.304
Mutações do Período	5.682	1.601	(1.097)	6.186

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP
CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.009	10.633	12.059
Resultado do semestre/exercício	3.271	4.589	6.225
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.738	6.044	5.834
Provisão para operações de crédito	993	3.745	4.622
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	812	480	418
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	34	51	(98)
Depreciação do imobilizado de uso	489	879	712
Amortização do intangível	239	439	369
Baixas do ativo permanente	329	385	40
Provisão para passivos contingentes	1	30	14
Destinações ao FATES	(44)	(44)	(139)
Dividendos SicrediPar	(115)	79	(104)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	24.800	29.442	16.307
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	38	(226)	(208)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras ativas	2.233	(765)	(2)
Redução em créditos vinculados	-	-	27
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(193)	(85)	42
(Aumento) em operações de crédito	(17.424)	(15.084)	(10.198)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(3.271)	250	522
(Aumento) em outros créditos	(1.926)	(1.992)	(3.111)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	216	-	(1.661)
Aumento em depósitos	33.656	42.224	32.351
Aumento em relações interdependências passivas	326	375	118
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	130	441	55
Absorção de dispêndios pelo FATES	(61)	(138)	(99)
(Redução) Aumento em outras obrigações	11.076	4.442	(1.529)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	30.809	40.075	28.366
Aquisição de Investimentos	-	-	(66)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.004)	(4.129)	(1.179)
Aplicações no Intangível	(175)	(884)	(1.171)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(3.179)	(5.013)	(2.416)
Integralização de capital	2.194	3.399	2.657
Baixa de capital	(1.185)	(1.633)	(1.168)
Juros ao capital próprio	(40)	(40)	(32)
Distribuição de Sobras	-	(5)	-
Patrimônio Líquido de incorporada	1.990	1.990	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente	2.959	3.711	1.457
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	30.589	38.773	27.407
Caixa e equivalente de caixa no início do período	103.464	95.280	67.873
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	134.053	134.053	95.280

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 21/11/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 01/10/2016, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar a Agência Presidente Prudente pertencente a Cooperativa Sicredi Centro Oeste SP.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas ou qualquer outra finalidade específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	202.088	(57)	202.031
OUTROS CRÉDITOS	11.234	(57)	11.177
Diversos	10.461	(57)	10.404
Ativo Não circulante	43.691	57	43.748
OUTROS CRÉDITOS	1	57	58
Diversos	1	57	58

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9.953)	-	(9.953)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.850	(105)	7.745
Rendas de Tarifas Bancárias	2.122	105	2.227
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	16.515	(208)	16.307
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	28.574	(208)	28.366
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.624)	208	(2.416)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2017.

a) Incorporação da Agência Presidente Prudente pertencente a Cooperativa Sicredi Centro Oeste SP

Em 01 de outubro de 2016 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Agência Presidente Prudente pertencente a Cooperativa Sicredi Centro Oeste SP. A incorporação foi realizada com base em laudo de avaliação sobre o patrimônio líquido contábil emitido por auditores independentes, com data-base de 30 de setembro de 2016. A incorporação foi realizada ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	6.284	3.394
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	127.769	91.886
Total	134.053	95.280

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	434	208
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	434	208
Total realizável a longo prazo	434	208

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	79.915	20.553	100.468	86.688
Financiamentos	4.448	3.123	7.571	7.769
Financiamentos rurais e agroindustriais	32.263	12.144	44.407	42.905
Carteira total	116.626	35.820	152.446	137.362

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	87	-	87	17
Títulos e créditos a receber (i)	8.104	-	8.104	6.232
Total	8.191	-	8.191	6.249

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	74.089	65.149	370	326
Nível B	1,00	42.045	40.826	420	408
Nível C	3,00	15.018	11.789	451	354
Nível D	10,00	8.733	8.823	873	882
Nível E	30,00	3.989	3.846	1.197	1.173
Nível F	50,00	4.287	3.851	2.144	1.926
Nível G	70,00	1.805	2.676	1.263	1.873
Nível H	100,00	10.671	6.651	10.671	6.651
Total (i)		160.637	143.611	17.389	13.593

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016					2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.686	25.119	23.144	13.966	66.915	53.339
Rural	688	4.791	26.784	12.144	44.407	42.905
Industrial	257	5.545	2.099	1.762	9.663	8.891
Comércio	1.379	14.091	6.891	5.248	27.609	26.302
Outros Serviços	430	4.963	3.950	2.700	12.043	12.174
Total	7.440	54.509	62.868	35.820	160.637	143.611

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	16.611	10,34	11.858	8,26
50 devedores seguintes	28.468	17,72	21.118	14,71
100 devedores seguintes	25.771	16,04	22.957	15,99
Demais	89.787	55,89	87.678	61,05
Total	160.637	100	143.611	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	13.593	9.069
Constituição de provisão	12.092	11.011
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.296)	(6.487)
Saldo final	17.389	13.593

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.887 (2015 - R\$ 2.679), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.632 (2015 - R\$ 11.746).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	78	145
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.570	1.158
Devedores por depósitos em garantia	112	70
Impostos e contribuições a compensar (ii)	446	1.392
Títulos e créditos a receber	8.104	6.231
Cotas de consórcio	565	529
Devedores por convênios	637	582
Operações com cartões	37	23
Pendências a regularizar	162	73
Outros	827	201
Total Circulante	12.538	10.404
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	57
Títulos e créditos a receber	-	1
Total realizável a longo prazo	-	58

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

(ii) Refere-se basicamente ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	2.022	2.165
Imóveis	1.590	1.669
Veículos e afins	96	160
Bens em regime especial	336	336
Material em estoque	62	40
Despesas antecipadas	145	81
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.234)	(754)
Total Circulante	995	1.532
Despesas antecipadas	57	-
Total realizável a longo prazo	57	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.234 (2015 - R\$ 754) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.285	3.285
Sicredi Participações S.A.	2.544	2.544
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	5.830	5.830

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	821.360 ON	821.360 ON	1	1	3.285.348	3.285.348
	1.722.448 PN	1.722.448 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,29%	0,32%	0,63%	0,72%	2,07%	2,13%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	2.544	2.544	1	1	3.285	3.285

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	11.456	(3.797)	7.659	4.792
Imobilizações em curso	-	25	-	25	378
Terrenos	-	1.000	-	1.000	1.000
Edificações	4%	845	(76)	769	155
Instalações	10%	2.336	(650)	1.686	654
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.198	(1.018)	2.180	1.253
Sistema de comunicação	10%	142	(42)	100	61
Sistema de processamento de dados	20%	2.801	(1.540)	1.261	746
Sistema de segurança	10%	602	(265)	337	203
Sistema de transporte	20%	507	(206)	301	342
Intangível (i)	5% a 15%	4.982	(2.038)	2.944	2.499
Investimentos Confederação		4.982	(2.038)	2.944	2.499
Total		16.438	(5.835)	10.603	7.291

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016			2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	44.089	-	-	44.089
Depósitos a prazo	6.185	7.832	124.355	138.372
Total	50.274	7.832	124.355	182.461

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	30.844	27.172
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	30.844	27.172
Total circulante	30.844	27.172
Recursos do Crédito Rural	11.688	15.110
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	11.688	15.110
Total exigível a longo prazo	11.688	15.110

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 22/08/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	2.342	1.902
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.342	1.902
Total circulante	2.342	1.902

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	8.439	6.829
Obrigações por convênios oficiais	-	7
Provisão para pagamentos a efetuar	2.765	2.839
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	73	43
Provisão para coobrigações (i)	824	406
Pendências a regularizar	60	121
Operações com cartões	7.761	5.776
Demais fornecedores	1.092	984
Credores diversos	716	653
Total circulante	21.730	17.658

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	15	-	-	15
Cível	28	41	(11)	58
Total	43	41	(11)	73

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	15	15
Cível	Provável	58	28
Total		73	43

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 250; R\$ 479 e R\$ 644 (2015 - R\$ 130, R\$ 860 e R\$ 647), respectivamente.

A cooperativa, como sucessora da SICREDI Noroeste PR, incorporada, possui em andamento processo administrativo, desde 31/08/2006, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. O processo encontra-se em fase de Impugnação tramitando junto à Secretaria Municipal da Fazenda de Querência do Norte, atingindo o valor de R\$ 644, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	33.565	26.441
Total de associados	33.836	28.546

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.124 (2015 – R\$ 4.293), sendo R\$ 3.368 (2015 – R\$ 2.804) via integralização de resultados e R\$ 3.399 (2015 – R\$ 2.657), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.633 (2015 – R\$ 1.168), além do aumento de R\$ 1.990 resultante da incorporação mencionada na Nota 02.

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9,1% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.723 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.622 (R\$ 310 em dezembro de 2015), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	4.589	6.402
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.927)	(2.689)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	6
Provisão resgate milhas cartão	-	29
Provisão de PPR	(9)	23
Receita com atos cooperativos	937	1.390
Juros sobre o capital próprio	1.144	936
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	(871)
Outros	(145)	999
Subtotal	1.927	2.512
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(177)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	434	208
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	127.769	91.886
Outros Créditos - Rendas a receber	450	594
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.792	1.234
Despesas antecipadas (Nota 08)	27	58
Investimentos (Nota 09)	5.830	5.830
Intangível (Nota 10)	2.944	2.499
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	42.532	42.282
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	2.342	1.902
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	7.626	5.894
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	57	1
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	1.466	83
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	14.009	9.577
Doação SFG (Nota 17)	1.622	310
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	3.333	2.661
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 22)	637	481
Outros Dispendios Despesas Operacionais (Nota 21)	5.755	5.089

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	347	0,79%	506
Depósitos a prazo	2.513	1,82%	1.802
Operações de crédito	1.238	0,81%	826

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	1.524	698

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	2.108	1.614
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	13.593	9.104
Reversão de provisões operacionais	1.741	741
Outras rendas operacionais	809	1.581
Total	18.251	13.040

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	651	401
Contribuição O.C.E.	112	92
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	658	624
Contribuição Confederação Sicredi	3.849	3.432
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	693	675
Encargos da administração financeira	74	61
Repasso Administradora de Cartões	473	290
Outras provisões operacionais	3.115	401
Outras despesas operacionais	2.118	765
Total	11.743	6.741

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 15.623 (2015 - R\$ 12.394), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	22.645	20.708
Total	22.645	20.708

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	48.942	41.409
Capital principal - CP	48.942	41.409
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	16.518	14.917
Lucros acumulados	221	690
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.362	639
Total do capital qualificado	48.942	41.409
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	23.109	19.444
Índice sobre o PR considerando a RBAN	22,24%	22,36%
Situação para o limite de imobilização	9.242	6.653
Índice de imobilização (limite 50%)	18,88%	16,07%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Almir Schotten
Diretor Executivo
CPF: 710.200.129-00

Vanderlei Gonçalves de Oliveira
Diretor de Operações/Contador
CPF: 024.582.629-70
CRC: PR-041736/O-6